

GUILHERME MADEIRA DEZEM

**CURSO DE**  
**PROCESSO**  
**PENAL**

5ª Edição  
revista, atualizada e ampliada

**THOMSON REUTERS**  
**REVISTA DOS**  
**TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**IVÊ A. M. LOUREIRO GOMES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Rafaella Araujo Akiyama

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Leonardo Rocha

*Capa:* Linotec

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Rafael Ribeiro

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Dezem, Guilherme Madeira

Curso de processo penal / Guilherme Madeira Dezem. -- 5. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-320-7

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

19-23477

CDU-343.1

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Processo penal : Direito penal 343.1

Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# Sumário

<b>Nota do Autor</b> .....	5
<b>Nota do autor à 2.ª Edição</b> .....	9
<b>Nota do autor à 3.ª Edição</b> .....	11
<b>Nota do autor à 4.ª Edição</b> .....	13
<b>Nota do autor à 5.ª Edição</b> .....	15
<b>Capítulo 1. Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio</b> .....	54
<b>Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal</b> .....	62
2.1. Noções gerais .....	63
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o Controle de convencionalidade das leis .....	65
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal .....	65
2.3. Fontes do Processo Penal .....	70
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal .....	71
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal .....	72
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal .....	75
2.4.1. Interpretação extensiva .....	76
2.4.2. Analogia e interpretação analógica .....	76
2.4.3. Princípios gerais do Direito .....	78
2.5. Controle de convencionalidade .....	79

<b>Capítulo 3. Sistemas processuais penais</b> .....	86
3.1. Sistema - noção e importância.....	87
3.2. Sistema inquisitivo .....	92
3.3. Sistema acusatório.....	95
3.4. Sistema misto.....	100
<b>Capítulo 4. Princípios do processo penal</b> .....	104
4.1. Princípios - noção e importância .....	105
4.2. Princípio da ampla defesa .....	106
4.2.1. Autodefesa.....	107
4.2.1.1. Autodefesa e acusado estrangeiro ...	109
4.2.2. Defesa técnica .....	111
4.3. Princípio do acesso à justiça criminal.....	114
4.4. Princípio do contraditório .....	117
4.5. Princípio do devido processo legal .....	120
4.6. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	125
4.7. Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	130
4.8. Princípio da duração razoável do processo .....	132
4.8.1. Origem .....	132
4.8.2. Noção e critérios .....	133
4.9. Princípio da economia processual.....	134
4.10. Princípio da iniciativa das partes.....	135
4.11. Princípio do impulso oficial.....	136
4.12. Princípio da isonomia .....	136
4.13. Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz) .....	138
4.14. Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé) .....	140
4.15. Princípio da motivação das decisões .....	142

4.16.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ) .....	145
<b>Capítulo 5.</b>	<b>A aplicação da lei processual penal</b> .....	148
5.1.	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo.....	149
5.2.	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i> .....	150
5.3.	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência..	151
5.4.	Lei Processual Penal no Espaço .....	153
<b>Capítulo 6.</b>	<b>Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar</b> .....	158
6.1.	Investigação preliminar: noção e formas.....	160
6.1.1.	Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito .....	160
6.1.2.	A investigação pelo Ministério Público .....	162
6.1.3.	A investigação no Juizado Especial Criminal .....	168
6.1.4.	Inquérito Civil .....	169
6.1.5.	A investigação defensiva.....	169
6.2.	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções .....	170
6.2.1.	Polícia Federal.....	172
6.2.2.	Demais polícias e Detetive Particular.....	174
6.3.	Inquérito policial.....	176
6.3.1.	Noção e natureza jurídica.....	176
6.3.2.	Características.....	177
6.3.2.1.	Procedimento escrito.....	177
6.3.2.2.	Procedimento sigiloso.....	178
6.3.2.3.	Procedimento indisponível .....	184
6.3.2.4.	Procedimento obrigatório .....	184
6.3.2.5.	Procedimento dispensável.....	184
6.3.2.6.	Caráter discricionário da investigação.....	185
6.3.2.7.	Caráter inquisitivo .....	185

	6.3.2.8.	Caráter oficial.....	188
	6.3.2.9.	Caráter oficioso.....	188
	6.3.3.	Finalidade do Inquérito Policial.....	188
	6.3.4.	A presidência do Inquérito Policial.....	189
	6.3.5.	O valor probatório do inquérito.....	192
6.4.		Início do inquérito policial.....	194
	6.4.1.	Notitia criminis.....	194
	6.4.1.1.	<i>Delatio criminis inqualificada</i> e a instauração do inquérito policial.....	196
	6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu represen- tante legal.....	197
	6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	198
	6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento.....	199
	6.4.5.	Auto de prisão em flagrante.....	199
	6.4.6.	De ofício - Portaria.....	200
	6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	200
	6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instaura- ção do inquérito policial.....	201
6.5.		Desenvolvimento do inquérito policial.....	202
	6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	203
	6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito.....	204
	6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária.....	209
	6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso.....	210
	6.5.4.	Indiciamento.....	211
	6.5.4.1.	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i> .....	213
	6.5.4.2.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento.....	213
	6.5.5.	A identificação criminal.....	215
	6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrang- ência dos atos.....	215
	6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal	216
	6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações....	218

6.5.6.	Indiciado menor – nomeação de curador .....	219
6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões.....	220
6.5.8.	Requisição administrativa.....	221
6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função) .....	222
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas.....	225
6.6.	O encerramento do inquérito policial .....	231
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	232
6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública .....	233
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial .....	235
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento.....	238
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento ...	240
6.6.3.3.	Arquivamento de ofício pelo Poder Judiciário.....	241
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial .....	243
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas .....	247
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente....	251
<b>Capítulo 7.</b>	<b>Ação penal e pressupostos processuais.....</b>	<b>254</b>
7.1.	Considerações iniciais.....	255
7.2.	Classificação da ação penal .....	256
7.3.	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	261
7.4.	Condições da ação penal e pressupostos processuais ....	263
7.4.1.	Noções gerais.....	263
7.4.2.	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	266
7.4.3.	Interesse de agir .....	268
7.4.4.	Possibilidade jurídica do pedido .....	270

7.4.5.	Justa causa para a ação penal .....	271
7.4.6.	A teoria da "prospettazione", ou teoria da asserção ou teoria da afirmação.....	274
7.4.7.	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prosseguibilidade .....	275
7.4.8.	A originalidade como condição da ação .....	277
7.4.9.	Pressupostos processuais.....	277
7.5.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada .....	280
7.5.1.	Noção e identificação .....	280
7.5.2.	Princípios .....	280
7.5.3.	Legitimidade ativa.....	287
7.5.4.	Veículo.....	287
7.6.	Ação penal pública condicionada .....	287
7.6.1.	Noção e identificação .....	287
7.6.2.	Princípios .....	288
7.6.3.	Legitimidade .....	288
7.6.4.	Veículo.....	288
7.6.5.	Representação .....	289
7.6.5.1.	Noção e natureza jurídica da representação.....	289
7.6.5.2.	Legitimado ativo .....	290
7.6.5.2.1.	Sucessão processual ...	291
7.6.5.3.	Destinatários da representação .....	293
7.6.5.4.	Prazo da representação.....	294
7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação .....	294
7.6.5.6.	Retratação da representação .....	295
7.6.5.7.	Não vinculação da representação.....	296
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça .....	297
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime .....	299

7.7.	Ação penal de iniciativa privada .....	301
7.7.1.	Noção, espécies e identificação .....	301
7.7.2.	Princípios .....	302
7.7.3.	Legitimidade ativa.....	304
	7.7.3.1. Sucessão processual.....	305
7.7.4.	Veículo.....	306
7.7.5.	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimen- to da queixa-crime .....	306
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima	308
7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública .....	309
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação pe- nal de iniciativa privada e a Defensoria Pública...	313
7.8.	Denúncia e queixa-crime .....	314
7.8.1.	Requisitos .....	314
	7.8.1.1. Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e impu- tação alternativa .....	316
	7.8.1.2. Requisito especial da queixa-crime	319
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime .....	322
7.8.3.	Aditamento da denúncia.....	324
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime .....	325
7.9.	Extinção da punibilidade .....	327
7.10.	Ação penal em espécie.....	332
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas .....	332
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual .....	337
7.10.3.	Crimes contra a honra.....	338
<b>Capítulo 8.</b>	<b>Ação civil.....</b>	<b>340</b>
8.1.	Considerações gerais .....	341
8.2.	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil.....	342
8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado .....	345

8.4.	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões .....	351
8.5.	Legitimidade do Ministério Público .....	359
<b>Capítulo 9.</b>	<b>Competência</b> .....	<b>362</b>
9.1.	Noções gerais e definição .....	363
9.2.	Classificação e espécies de competência .....	366
9.3.	Garantia do Juiz Natural.....	372
9.3.1.	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei .....	375
9.3.2.	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto .....	376
9.3.3.	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ .....	377
9.3.4.	Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal .....	378
9.3.5.	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada.....	379
9.3.6.	Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento .....	380
9.4.	Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i> .....	381
9.5.	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	382
9.6.	Competência Internacional.....	384
9.7.	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado).....	384
9.7.1.	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria .....	395
9.7.2.	Prerrogativa de função e concurso de agentes ...	396
9.7.3.	Renúncia de mandato e competência originária ...	399
9.8.	Competência Constitucional de Justiça Especializada .....	402
9.9.	Competência da Justiça Federal .....	415
9.9.1.	Generalidades.....	415
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais - art. 109, inc. IV, da CF/1988 .....	419

9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	420
9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988.....	421
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V .....	428
9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109 .....	433
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.....	436
9.9.8.	Habeas Corpus e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, inc. VII e VIII.....	438
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX.....	440
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, X.....	442
9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, XI.....	443
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal).....	446
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual .....	447
9.10.	Competência Territorial.....	448
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP.....	448
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70....	450
9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu .....	452
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência .....	453
9.11.	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção .....	456
9.12.	Causas de modificação da competência – conexão e continência .....	458
9.12.1.	Hipóteses de conexão .....	459
9.12.2.	Hipóteses de continência.....	462

9.12.3.	Consequências da conexão e da continência...	463
9.12.4.	Foro prevalente .....	466
9.12.5.	Prorrogação de competência .....	467
<b>Capítulo 10.</b>	<b>Das questões e processos incidentes .....</b>	<b>468</b>
10.1.	Noções gerais .....	469
10.2.	Questões prejudiciais .....	471
10.2.1.	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica .....	471
10.2.2.	Classificações.....	473
10.2.2.1.	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas .....	474
10.2.2.2.	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas.....	475
10.2.2.3.	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas .....	476
10.2.3.	Sistemas de solução da questão prejudicial.....	476
10.2.4.	Questão prejudicial obrigatória.....	477
10.2.5.	Questão prejudicial facultativa.....	480
10.3.	Exceções.....	483
10.3.1.	Generalidades.....	483
10.3.2.	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	486
10.3.2.1.	Generalidades .....	486
10.3.2.2.	Hipóteses de cabimento .....	487
10.3.2.3.	Legitimados ativos .....	488
10.3.2.4.	Procedimento.....	489
10.3.2.5.	Recurso.....	493
10.3.2.6.	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial ....	493
10.3.3.	Exceção de incompetência de juízo.....	495
10.3.3.1.	Generalidades .....	495
10.3.3.2.	Legitimados para opor a exceção...	496
10.3.3.3.	Procedimento da exceção .....	498

10.3.4.	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada .....	498
10.3.5.	Restituição de coisas apreendidas.....	500
10.3.5.1.	Generalidades .....	500
10.3.5.2.	Requisitos.....	501
10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação .....	502
10.3.6.	Incidente de falsidade .....	503
10.3.6.1.	Generalidades .....	503
10.3.6.2.	Procedimento.....	505
10.3.7.	Incidente de insanidade mental do acusado....	506
10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento .....	506
10.3.7.2.	Procedimento.....	508
10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal	509
10.4.	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais) .....	511
10.4.1.	Considerações gerais .....	511
10.4.2.	Sequestro .....	515
10.4.2.1.	Bens e finalidade .....	515
10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade .....	517
10.4.2.3.	Levantamento .....	518
10.4.2.4.	Defesa.....	520
10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941 .....	522
10.4.3.	Especialização de Hipoteca Legal .....	524
10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento .....	524
10.4.3.2.	Requisitos e procedimento.....	525
10.4.3.3.	Cancelamento e defesa.....	527
10.4.4.	Arresto .....	527
10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos .....	527
10.4.4.2.	Revogação, Levantamento e defesa .....	528
10.4.5.	Quadro-resumo .....	528

<b>Capítulo 11. Provas no processo penal</b> .....	530
11.1. Prova: importância e acepções do vocábulo .....	533
11.2. Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções .....	536
11.2.1. Procedimento probatório e direito à prova .....	541
11.2.1.1. Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório .....	542
11.2.1.2. Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova .....	543
11.3. Princípios aplicáveis à prova .....	544
11.3.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes ...	544
11.3.2. Princípio da aquisição ou comunhão de prova...	544
11.3.3. Princípio da oralidade .....	545
11.3.4. Princípio da verdade real .....	546
11.3.5. Princípio da liberdade probatória.....	548
11.3.6. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> ) .....	549
11.3.7. Princípio da presunção de inocência.....	551
11.3.8. Princípio da audiência contraditória.....	555
11.4. Ônus da prova .....	555
11.5. Poderes instrutórios do juiz.....	557
11.5.1. Princípio da proporcionalidade .....	559
11.5.1.1. Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF .....	560
11.6. Prova emprestada.....	561
11.6.1. A prova emprestada e seu valor probatório .....	564
11.6.2. Prova emprestada e crimes da competência do júri .....	565

11.7.	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais.....	566
11.8.	Sistemas de apreciação das provas .....	569
11.8.1.	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz) .....	569
11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada).....	570
11.8.3.	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado) .....	571
11.9.	Limites ao direito à prova.....	573
11.10.	Prova ilícita .....	574
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008 .....	575
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008 .....	576
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008 .....	578
11.10.2.1.	O juiz contaminado.....	580
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita.....	582
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé .....	582
11.10.3.2.	Exceção de impugnação.....	583
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo.....	583
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova ...	584
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade.....	584
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i> .....	587
11.10.3.7.	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i> .....	589
11.10.3.8.	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i> .....	591
11.11.	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	594
11.11.1.	Teoria da fonte independente.....	596

11.11.2.	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente).....	597
11.11.3.	Teoria do nexo causal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído) .....	599
11.12.	Prova típica e atípica: noção .....	601
11.13.	Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada).....	609
11.14.	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Arts. 158 a 184 do CPP .....	613
11.14.1.	Noções gerais.....	613
11.14.2.	Terminologia .....	614
11.14.3.	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito ...	615
11.14.4.	Modalidades de exame de corpo de delito.....	617
11.14.5.	Peritos – Generalidades .....	620
11.14.5.1.	Classificação dos peritos .....	621
11.14.5.2.	A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual.....	621
11.14.5.3.	Ausência de peritos oficiais .....	623
11.14.6.	Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos .....	624
11.14.7.	Indicação de assistentes técnicos.....	625
11.14.8.	Realização da perícia.....	628
11.14.9.	Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório.....	630
11.14.10.	Autópsia .....	631
11.14.11.	Exumação.....	632
11.14.12.	Exame de local de crime.....	632
11.14.13.	Exame de delito e lesões corporais .....	633
11.14.14.	Exames laboratoriais .....	633
11.14.15.	Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada .....	634
11.14.16.	Laudo de avaliação .....	634

11.14.17. Exame de local de incêndio .....	634
11.14.18. Exame grafotécnico .....	634
11.14.19. Exame dos instrumentos do crime .....	635
11.14.20. Perícias não previstas em lei .....	636
11.14.21. Cadeia de custódia .....	638
11.15. Interrogatório .....	641
11.15.1. Noção e natureza jurídica .....	641
11.15.2. Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio .....	643
11.15.3. Condução coercitiva em caso de ausência do réu .....	645
11.15.4. Interrogatório da pessoa jurídica .....	648
11.15.5. Local do interrogatório .....	649
11.15.6. Características do interrogatório .....	652
11.15.7. O procedimento do interrogatório e seu conteúdo .....	653
11.15.7.1. O momento do interrogatório na audiência .....	653
11.15.7.2. Providências preparatórias .....	655
11.15.7.3. O ato do interrogatório .....	656
11.15.7.4. Qualificação e advertência prévia do interrogatório .....	657
11.15.7.5. Início do interrogatório e suas modalidades .....	658
11.15.7.6. Modalidades especiais de interrogatório .....	661
11.15.8. Renovação do interrogatório .....	662
11.16. Confissão .....	662
11.16.1. Noção, natureza jurídica e fonte .....	662
11.16.2. Espécies de confissão .....	663
11.16.3. Requisitos da confissão .....	664
11.16.4. Características da confissão .....	664
11.16.5. Valor da confissão .....	665

11.17. Ofendido.....	666
11.17.1. Noção e natureza jurídica.....	666
11.17.2. Procedimento e contraditório.....	666
11.17.2.1. O ofendido e o falso testemunho ....	667
11.17.3. Diferenças entre testemunha e vítima .....	668
11.17.4. Valor probatório das declarações do ofendido...	668
11.17.5. Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido .....	668
11.18. Prova Testemunhal.....	675
11.18.1. Noções gerais.....	675
11.18.2. Natureza jurídica, legitimados, valor .....	677
11.18.3. Classificação das testemunhas .....	677
11.18.4. Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha).....	680
11.18.5. Deveres da testemunha.....	682
11.18.6. Número máximo de testemunhas.....	684
11.18.7. Procedimento para a produção da prova testemunhal – <i>Direct</i> e <i>cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral .....	685
11.18.8. Capacidade de ser testemunha .....	686
11.19. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	690
11.19.1. Noção, natureza jurídica e espécies .....	690
11.19.2. Procedimento para o reconhecimento .....	691
11.19.3. Reconhecimento coletivo ou em grupo .....	695
11.19.4. Reconhecimento fotográfico.....	695
11.20. Acareação .....	700
11.20.1. Noção, natureza jurídica e momento.....	700
11.20.2. Pressupostos da acareação.....	701
11.20.3. Sujeitos da acareação .....	702
11.20.4. Procedimento da acareação .....	703
11.20.5. Valor probatório da acareação e obrigatoriedade.....	704
11.21. Documentos .....	705
11.21.1. Noção e classificação .....	705

11.21.2.	Produção da prova documental .....	706
11.21.3.	Limitação à produção da prova documental ....	708
11.21.4.	O juiz e a produção da prova documental .....	708
11.21.5.	Documentos estrangeiros e validade do documento particular.....	708
11.21.6.	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos .....	709
11.22.	Indícios.....	710
11.22.1.	Generalidades e noção .....	710
11.22.2.	Indícios e presunções .....	710
11.22.3.	Valor probatório dos indícios.....	711
11.23.	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	713
11.23.1.	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites .....	715
11.23.2.	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor .....	720
11.23.3.	Prova decorrente de gravação em vídeo .....	724
11.24.	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa) .....	732
11.24.1.	Busca e apreensão .....	734
11.24.1.1.	Generalidades e natureza jurídica...	734
11.24.1.2.	Objeto da busca .....	735
11.24.1.3.	Busca domiciliar .....	736
11.24.1.4.	Busca pessoal .....	741
11.24.1.5.	Busca em veículo e em celular .....	742
11.24.1.6.	Busca em escritório de advocacia e em prédio.....	746
11.24.1.7.	Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado) .....	750
<b>Capítulo 12.</b>	<b>Dos atores processuais (os sujeitos do processo) .....</b>	<b>754</b>
12.1.	Noções gerais .....	755
12.2.	Juiz.....	756
12.2.1.	Forma de seleção de magistrados.....	758

12.2.2.	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal.....	760
12.2.3.	O Código de Ética da Magistratura .....	760
12.2.4.	Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juízes.....	762
12.3.	Ministério Público .....	769
12.3.1.	Forma de seleção de promotores.....	771
12.3.2.	Funções do Ministério Público .....	771
12.3.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores .....	773
12.4.	Autoridade Policial .....	774
12.5.	Acusado .....	775
12.5.1.	Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes .....	776
12.5.2.	Revelia .....	776
12.6.	Defesa técnica .....	777
12.6.1.	Defensor Particular .....	777
12.6.2.	Defensor Público.....	778
	12.6.2.1. Forma de seleção de defensores....	778
	12.6.2.2. Funções da Defensoria Pública .....	779
	12.6.2.3. Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	780
12.7.	Ofendido.....	782
12.7.1.	Ofendido como assistente de acusação.....	782
<b>Capítulo 13.</b>	<b>Medidas cautelares pessoais .....</b>	<b>786</b>
13.1.	Teoria geral das medidas cautelares .....	788
13.1.1.	Considerações gerais e espécies .....	788
13.1.2.	Características das medidas cautelares.....	793
13.1.3.	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica .....	798
	13.1.3.1. Princípio da Presunção de Inocência .....	798

13.1.3.2.	Princípio da Duração Razoável do Processo .....	800
13.1.4.	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP.....	804
13.1.4.1.	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6º .....	805
13.1.4.2.	Cumulatividade .....	807
13.1.4.3.	Atuação do juiz e sistema acusatório .....	809
13.1.4.4.	Contraditório prévio .....	810
13.1.4.5.	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais.....	811
13.2.	Prisão.....	812
13.2.1.	Considerações gerais .....	812
13.2.2.	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida pré-cautelares).....	812
13.2.3.	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar .....	815
13.2.4.	Imunidades Prisionais.....	831
13.2.5.	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada .....	842
13.2.6.	Mandado de prisão arts. 285 a 289-A <i>red notice</i> (difusão vermelha) .....	844
13.2.6.1.	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros.....	847
13.2.7.	Prisão Especial, Prisão em Sala do Estado Maior e Prisão do índio .....	849
13.3.	Prisão em flagrante .....	851
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante ....	851
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante.....	853
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal.....	853

13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado .....	856
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada) .....	859
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante ...	861
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante .....	865
13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada) .....	867
13.4.	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i> .....	869
13.4.1.	Considerações gerais .....	869
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva .....	870
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz .....	871
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva .....	872
13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições .....	872
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva .....	875
13.4.7.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva ...	877
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública .....	877
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica .....	882
13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal .....	884
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva .....	885
13.4.9.	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011 .....	888
13.4.10.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva ..	890
13.4.11.	Prisão cautelar para a extradição .....	891

13.5.	Prisão temporária .....	893
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária .....	894
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão .....	901
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação .....	901
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva .....	903
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar .....	904
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão) .....	908
13.8.	Liberdade Provisória .....	920
13.8.1.	Considerações gerais .....	920
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites .....	922
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória .....	923
13.8.4.	Liberdade provisória vedada .....	924
13.8.5.	Liberdade provisória possível .....	927
13.8.6.	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança .....	927
13.8.6.1.	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares .....	930
13.8.7.	Liberdade provisória com fiança .....	931
13.8.7.1.	Comentários Gerais .....	931
13.8.7.2.	Fiança pelo delegado .....	932
13.8.7.3.	Arbitramento da fiança .....	932
13.8.7.4.	Procedimento da fiança .....	934
13.8.7.5.	Deveres decorrentes da fiança .....	934
13.8.7.6.	Perda, Quebra, Cassação e reforço da fiança .....	935
<b>Capítulo 14. Teoria geral dos procedimentos e atos processuais .....</b>		<b>938</b>
14.1.	Premissas .....	940

14.2.	Considerações gerais.....	940
14.3.	Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário .....	944
14.4.	Recebimento da denúncia.....	947
14.4.1.	Quantidade de recebimentos da denúncia .....	948
14.4.2.	Motivação no recebimento da denúncia.....	949
14.4.3.	<i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia ...	950
14.4.4.	Rejeição da denúncia - art. 395 do CPP .....	952
14.5.	Citação.....	954
14.5.1.	Considerações gerais e modalidades .....	954
14.5.2.	Citação real.....	956
14.5.3.	Citação ficta: citação por hora certa.....	957
14.5.4.	Citação por edital .....	959
14.6.	Resposta .....	964
14.7.	Absolução sumária - art. 397 do CPP - julgamento antecipado <i>pro reo</i> .....	967
14.8.	Audiência de instrução, debates e julgamento - arts. 400 a 405 do CPP.....	971
14.9.	Sentença.....	978
14.9.1.	Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças.....	978
14.9.2.	Requisitos da sentença.....	980
14.9.3.	Sentença absolutória.....	983
14.9.4.	Sentença condenatória .....	985
14.9.5.	Correlação entre acusação e sentença - <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> .....	987
14.9.5.1.	<i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> - Crítica e questões controversas.....	991
14.9.6.	Coisa julgada.....	993
14.9.6.1.	Noções gerais - conceito e a coisa julgada parcial .....	993
14.9.6.2.	Coisa julgada formal e material - A relativização da sentença absolutória pela CIDH.....	995

14.9.6.3.	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada .....	996
14.9.6.4.	Questões específicas – concurso formal, crime habitual, crime continuado .....	998
14.9.7.	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários.....	1000
14.10.	Procedimento comum sumário .....	1003
14.11.	Procedimento Comum Sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995 .....	1004
14.11.1.	Critérios orientadores e objetivos do Jecrim .....	1004
14.11.2.	Competência do Jecrim .....	1005
14.11.3.	Fluxograma do rito Jecrim .....	1006
14.11.4.	Termo circunstanciado – art. 69.....	1007
14.11.5.	Audiência preliminar.....	1007
14.11.5.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único.....	1008
14.11.5.2.	Transação penal: art. 76 .....	1008
14.11.6.	Audiência de instrução, debates e julgamento... ..	1011
14.11.7.	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	1011
14.11.8.	Suspensão condicional do processo (sursis processual – art. 89 da Lei 9.099/1995).....	1015
14.12.	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP.....	1023
14.13.	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP .....	1025
14.13.1.	Generalidades e pedido de explicações .....	1025
14.13.2.	Procedimento e audiência de reconciliação .....	1027
14.13.3.	Exceção da verdade e da notoriedade do fato... ..	1029
14.14.	Procedimento do Júri.....	1033
14.14.1.	Considerações gerais .....	1033
14.14.2.	Princípios constitucionais do Júri .....	1033

14.14.3.	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP .....	1038
14.14.4.	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP .....	1041
14.14.4.1.	Requisitos e crimes conexos .....	1041
14.14.4.2.	Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição .....	1045
14.14.5.	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP...	1052
14.14.6.	Desclassificação – art. 419 do CPP .....	1053
14.14.7.	Absolvição sumária – art. 415 do CPP.....	1055
14.14.8.	Preparação da segunda fase do Júri.....	1057
14.14.9.	Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP .....	1057
14.14.9.1.	Considerações gerais.....	1057
14.14.9.2.	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade .....	1059
14.14.9.3.	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade .....	1061
14.14.9.4.	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP.....	1063
14.14.10.	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais.....	1063
14.14.11.	Instalação da sessão plenária.....	1064
14.14.11.1.	Jurados .....	1064
14.14.11.2.	Ausência do Ministério Público.....	1065
14.14.11.3.	Ausência do assistente de acusação .....	1066
14.14.11.4.	Ausência do advogado de defesa ou do defensor.....	1066
14.14.11.5.	Ausência do acusado.....	1066
14.14.11.6.	Ausência das testemunhas.....	1067
14.14.12.	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP .....	1068
14.14.13.	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP .....	1072

14.14.14.	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP .....	1075
14.14.14.1.	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento .....	1076
14.14.15.	Sala especial e quesitos .....	1082
14.14.16.	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP .....	1092
<b>Capítulo 15.</b>	<b>Nulidades</b> .....	<b>1094</b>
15.1.	Considerações gerais e natureza jurídica .....	1095
15.2.	Classificações das nulidades.....	1097
15.2.1.	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade .....	1098
15.2.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas ....	1102
15.3.	Princípios em sede de nulidades.....	1106
15.3.1.	Princípio da tipicidade das formas.....	1106
15.3.2.	Princípio da eficácia dos atos processuais .....	1115
15.3.3.	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades .....	1115
15.3.4.	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo .....	1115
15.3.5.	Princípio da causalidade ou da consequencialidade .....	1117
15.3.6.	Princípio da conservação dos atos processuais	1118
15.3.7.	Princípio do interesse .....	1118
15.4.	Formas de saneamento das nulidades .....	1120
15.5.	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal .....	1121
15.5.1.	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1122
15.5.2.	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte.....	1122
15.5.3.	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes .....	1123
15.5.4.	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato .....	1131

15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis .....	1132
<b>Capítulo 16. Recursos e ações autônomas impugnativas.....</b>		<b>1134</b>
16.1.	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória.....	1137
16.2.	Classificação dos recursos.....	1144
16.3.	Princípios em matéria recursal.....	1145
16.3.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	1145
16.3.2.	Princípio da voluntariedade .....	1150
	16.3.2.1. Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício) .....	1152
16.3.3.	Princípio da disponibilidade dos recursos .....	1155
16.3.4.	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos .....	1156
16.3.5.	Princípio da unirecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	1158
16.3.6.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias .....	1159
16.3.7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1160
16.3.8.	Princípio da taxatividade .....	1166
16.3.9.	Princípio da personalidade dos <i>recursos versus</i> princípio do benefício comum.....	1167
16.3.10.	Princípio da dialeticidade .....	1168
16.4.	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação) .....	1169
16.4.1.	Noção .....	1169
16.4.2.	Condições recursais .....	1171
	16.4.2.1. Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido .....	1171
	16.4.2.2. Legitimidade recursal .....	1171
	16.4.2.3. Interesse recursal .....	1172

16.4.3.	Pressupostos recursais.....	1176
16.4.3.1.	Investidura .....	1176
16.4.3.2.	Capacidade de quem formula o recurso.....	1176
16.4.3.3.	Regularidade formal do recurso e tempestividade .....	1177
16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer....	1181
16.5.	Efeitos dos recursos .....	1184
16.5.1.	Efeito obstativo.....	1184
16.5.2.	Efeito devolutivo.....	1184
16.5.3.	Efeito suspensivo.....	1186
16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	1187
16.5.5.	Efeito extensivo.....	1187
16.5.6.	Efeito substitutivo .....	1188
16.5.7.	Efeito translativo.....	1189
16.6.	Recurso em sentido estrito .....	1191
16.6.1.	Generalidades.....	1191
16.6.2.	Cabimento.....	1194
16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa.....	1194
16.6.2.2.	Decisão que reconhece a incompetência de juízo .....	1196
16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição .....	1197
16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado.....	1198
16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante.....	1199
16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor.....	1199

16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade .....	1199
16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	1200
16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte .....	1201
16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	1201
16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta.....	1202
16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1202
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade .....	1202
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito .....	1203
16.6.4.	Competência recursal.....	1203
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento .....	1204
16.6.6.	Efeitos .....	1205
16.6.7.	Aspectos do interesse de agir.....	1205
16.6.8.	Procedimento .....	1206
16.7.	Apelação.....	1206
16.7.1.	Considerações gerais .....	1206
16.7.2.	Cabimento.....	1207
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular - art. 593, I.....	1208
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito - art. 593, II .....	1209
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri - art. 593, III, do CPP.....	1210

16.7.3.	Legitimidade .....	1215
16.7.3.1.	Ministério Público .....	1215
16.7.3.2.	Acusado .....	1215
16.7.3.3.	Defensor .....	1215
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros .....	1215
16.7.4.	Competência recursal .....	1217
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento .....	1217
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção .....	1218
16.7.7.	Efeitos .....	1218
16.7.8.	Prazo .....	1219
16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal) .....	1219
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade .....	1220
16.8.1.	Considerações gerais .....	1220
16.8.2.	Legitimidade .....	1221
16.8.3.	Cabimento .....	1221
16.8.4.	Competência recursal .....	1222
16.8.5.	Regularidade formal .....	1223
16.8.6.	Efeitos .....	1223
16.8.7.	Procedimento .....	1224
16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários .....	1224
16.9.	Embargos de declaração .....	1226
16.9.1.	Considerações gerais .....	1226
16.9.2.	Cabimento .....	1227
16.9.3.	Natureza Jurídica .....	1228
16.9.4.	Competência recursal .....	1228
16.9.5.	Legitimidade .....	1228
16.9.6.	Regularidade formal .....	1229
16.9.7.	Prazo .....	1229
16.9.8.	Efeitos .....	1230
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995 .....	1231

16.9.10.	Procedimento .....	1231
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos .....	1232
16.10.	Carta Testemunhável .....	1232
16.10.1.	Considerações gerais .....	1232
16.10.2.	Natureza Jurídica .....	1233
16.10.3.	Cabimento.....	1233
16.10.4.	Competência recursal.....	1233
16.10.5.	Regularidade formal .....	1234
16.10.6.	Efeitos .....	1234
16.10.7.	Prazo recursal.....	1234
16.10.8.	Procedimento .....	1234
16.11.	Agravo em execução .....	1235
16.11.1.	Introdução .....	1235
16.11.2.	Cabimento.....	1235
16.11.3.	Legitimidade e Interesse .....	1236
16.11.4.	Competência recursal .....	1236
16.11.5.	Regularidade formal .....	1237
16.11.6.	Efeitos .....	1237
16.11.7.	Procedimento no juízo <i>a quo</i> .....	1237
16.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial .....	1238
16.12.1.	Cabimento.....	1238
16.13.	Recurso Ordinário Constitucional .....	1239
16.13.1.	Cabimento.....	1239
16.13.1.1.	ROC para o STF .....	1239
16.13.1.2.	Limites da Matéria e cabimento.....	1240
16.13.2.	Recurso Ordinário Constitucional para o STJ.....	1240
16.13.3.	Procedimento .....	1241
16.13.3.1.	Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i> .....	1241
16.13.3.2.	Mandado de Segurança .....	1241

16.14.	Recurso extraordinário e recurso especial .....	1242
16.14.1.	Considerações gerais .....	1242
16.14.2.	Cabimento.....	1248
16.14.2.1.	Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades .....	1248
16.14.2.2.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>a</i> – contrariedade à CF .....	1249
16.14.2.3.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>b</i> – declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	1249
16.14.2.4.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>c</i> – julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.....	1251
16.14.2.5.	Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, <i>d</i> – julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	1251
	16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ .....	1252
16.14.3.	Cabimento do recurso especial – generalidades.....	1252
16.14.3.1.	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>a</i> – contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência.....	1253
16.14.3.2.	Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, <i>b</i> – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	1254
16.14.3.3.	Cabimento do recurso especial – art. 105, III, <i>c</i> – der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1254
16.14.4.	Recurso extraordinário e especial – legitimidade .....	1256

16.14.5.	Recurso extraordinário e especial – interesse recursal.....	1257
16.14.6.	Recurso extraordinário e especial – processamento.....	1257
16.14.7.	Recurso extraordinário e especial – efeitos .....	1259
16.15.	Ações autônomas impugnativas.....	1261
16.15.1.	<i>Habeas Corpus</i> .....	1261
16.15.1.1.	Considerações gerais.....	1261
16.15.1.2.	Natureza Jurídica e eficácia da decisão .....	1268
16.15.1.3.	Interesse de agir.....	1269
16.15.1.4.	Possibilidade jurídica do pedido.....	1272
16.15.1.5.	Legitimidade .....	1273
	16.15.1.5.1. Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP .....	1273
	16.15.1.5.2. Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	1276
16.15.1.6.	Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	1277
	16.15.1.6.1. Liberatório .....	1277
	16.15.1.6.2. Preventivo.....	1278
	16.15.1.6.3. Profilático ou Preservativo (Trancativo).....	1278
	16.15.1.6.4. Individual e Coletivo ....	1279
16.15.1.7.	Hipóteses de impetração.....	1280
16.15.1.8.	Competência para julgamento .....	1283
16.15.1.9.	Procedimento.....	1284
16.15.1.10.	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i> .....	1286
16.15.2.	Revisão Criminal.....	1288
	16.15.2.1. Conceito.....	1288
	16.15.2.2. Natureza Jurídica.....	1289

16.15.2.3.	Condições da ação.....	1289
16.15.2.3.1.	Legitimidade.....	1289
16.15.2.3.2.	Interesse de agir.....	1289
16.15.2.3.3.	Possibilidade jurídica do pedido.....	1290
16.15.2.4.	Hipóteses de cabimento.....	1290
16.15.2.5.	Teses e pedidos na revisão criminal	1292
16.15.2.6.	Procedimento.....	1293
16.15.2.7.	Ônus da prova.....	1295
16.15.2.8.	Coisa julgada.....	1296

<b>Capítulo 17. Flexibilização do processo penal – bases para uma teoria e critérios de efetivação.....</b>	<b>1298</b>
17.1. O mundo flexibilizado.....	1299
17.1.1. Globalização e flexibilização.....	1300
17.1.2. Soberania.....	1303
17.1.2.1. Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas.....	1304
17.1.3. Tecnologia e flexibilização.....	1307
17.1.4. O processo no mundo pautado pela flexibilização.....	1310
17.2. Flexibilização.....	1317
17.2.1. O sentido léxico do termo flexibilização.....	1317
17.2.2. A noção de flexibilização no processo.....	1318
17.2.3. Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal.....	1321
17.2.4. O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização.....	1323
17.2.5. Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensiva e equidade.....	1325
17.2.6. Planos de flexibilização.....	1327
17.2.7. Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito.....	1328
17.2.7.1. Flexibilização e legalidade.....	1329

17.2.7.2.	Flexibilização e proporcionalidade .	1330
17.2.7.2.1.	O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i> .....	1334
17.2.7.3.	Flexibilização e razoabilidade.....	1335
17.2.8.	A operação de flexibilização.....	1338
17.2.8.1.	A flexibilização e as partes.....	1342
17.3.	Direitos humanos, devido processo legal e flexibilização ...	1345
17.3.1.	Considerações iniciais .....	1347
17.3.2.	Caraterísticas dos direitos fundamentais .....	1348
17.3.3.	Respeito aos direitos humanos e flexibilização ...	1350
17.3.4.	Os direitos humanos e as Convenções .....	1351
17.3.5.	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização .....	1352
17.3.5.1.	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	1356
17.3.6.	Direitos humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade.....	1359
<b>Capítulo 18.</b>	<b>Bibliografia</b> .....	<b>1362</b>